

Resumo: A partir de dois relatos de proteção e auxílio a perseguidos políticos: um religioso e um leigo – ambos com interferência direta de dom Afonso Niehues, então arcebispo de Florianópolis, SC, objetivamos analisar as memórias presentes na história dessa Igreja local. Os relatos nos descrevem um bispo de perfil divergente daqueles que comumente aparecem na memória oficial da Igreja local. Buscamos também compreender como a memória proclamada pelos militantes de esquerda, contrários ao regime civil-militar, contribuiu para angariar apoio e auxílio junto a tal liderança religiosa. Se de um lado se descreve um bispo indignado com as perseguições político militares a ponto de usar a própria estrutura da Arquidiocese para abrigar e deslocar perseguidos políticos, há, por sua vez, outra memória que o descreve como um bispo tradicionalista que tem uma postura austera e enquadrada nos padrões e normas da Igreja Católica sob sua tutela. Nos casos que nos propomos analisar, percebemos exemplos que abrigam segmentos distintos do universo católico: um religioso consagrado sob sua jurisdição religiosa e uma leiga militante social, ligada à Ação Popular, ambos prontamente atendidos por D. Afonso, quando perseguidos com suas vidas ameaçadas pelos militares.

Palavras-chave: construção de memórias; militante político-social; regime civil-militar; Igreja católica.

Abstract: Beginning with two reports concerning protection and support for victims of political persecution, one being a religious while the other was a layman, both gained personal assistance from Don Afonso Niehues, presiding as Archbishop of Florianópolis, thus opening up the account of memories relating to the local Church. Some topics are quite sketchy and diverge from those commonly presented in official reports and published in press release and memoirs. We intend to comment on some memoranda divulged by militants from the leftist rank and file in opposition to the civil and military regime, and involved in political movements concerned with giving aid to those fighting for freedom of religious affiliation and membership in congregations. Don Afonso was quite outstanding in rustling up support for those in need even when surrounded by the threat of the military power of influence.

Key words: construct of memories; political and social militants; civil and military regime; Catholic Church.

Dom Afonso Niehues: memórias sobre seu auxílio aos militantes sociais perseguidos pelo regime civil-militar em Santa Catarina¹

*Clarice Bianchezzi**

* A autora é Graduada em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Atualmente professora assistente de História no Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

¹ Este artigo foi publicado na *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, v. 3, p. 113-129, 2012. Para compor esta edição especial da revista “Encontros Teológicos”, em homenagem a Dom Afonso, efetuamos revisão e alterações.



Palavras iniciais

O artigo que se apresenta estabelece um diálogo com as narrativas em torno da atuação de militantes da Ação Popular, AP, e Ação Católica, AC, no estado de Santa Catarina, dando especial destaque a uma rede de proteção a militantes perseguidos pelo regime civil-militar brasileiro. Não diferente do que ocorria em outros locais do país, alguns segmentos da Igreja católica catarinense, despontavam como apoio e proteção a militantes perseguidos e que tinham suas vidas ameaçadas por tal regime político.

No que se refere à Igreja católica de Florianópolis-SC, há consenso na história oficial, que a destaca como apoiadora do regime militar. Contudo, a atuação do arcebispo dom Afonso Niehues merece um olhar mais atento, pois há testemunhos que o apontam como protetor de perseguidos políticos pelo regime militar do período. Buscamos, assim, analisar alguns testemunhos e evidências da história da Igreja local, destacando memórias que se forjam a respeito da atuação deste religioso e representante da Arquidiocese de Florianópolis.

A chegada de Dom Afonso: contexto histórico de Florianópolis e da Arquidiocese

Dom Afonso Niehues assume o Arcebispado de Florianópolis em 1965, permanecendo até o ano de 1991, em sucessão a dom Joaquim Domingues de Oliveira, que havia sido o primeiro arcebispo de Florianópolis. Assume com a missão de colocar em prática os indicativos renovadores na Igreja catarinense à luz do Concílio Vaticano II. Talvez este tenha sido o principal desafio de dom Afonso: renovar a Igreja arquidiocesana. Pois, afirmava-se que dom Joaquim já não tinha ânimo para tal intento, mesmo porque não concordava com esses princípios inovadores oriundos do Concílio. Sobre dom Joaquim, um dos historiadores da Igreja arquidiocesana escreve:

O Concílio: participou da primeira sessão de 1962. Não retornaria. Escandalizava-o a discussão. Achava até blasfêmia o questionamento de afirmações que ele aprendera e repetira, na prática eclesial, por cinqüenta anos. (...) Dom Joaquim acha que pode continuar sozinho, pois a doença não o atinge. Assim não pensam a Santa Sé e o Clero, ansioso este por uma urgente renovação nos moldes pedidos pelo Concílio. Muita coisa tem que ser feita longe do Arcebispo. Experiências são realizadas



a partir do Estreito, longe da Ilha onde habitava o Arcebispo,ilhado ele mesmo num mundo que não mais existia, num mundo novo que desconhecia. Era o mundo da JOC, da JEC, da JUC, da Ação Católica, que ele abominava na suspeita do comunismo infiltrando-se por qualquer fresta que o Pastor, num momento de distração, pudesse deixar surgir. “Presidir com solicitude” já era estar atento para que nenhuma mudança acontecesse. (BESEN, 1983:58-59).

As experiências que cita o autor referem-se à intensa atuação das organizações e movimentos religiosos da Ação Católica, da Juventude Operária Católica – JOC, da Juventude Estudantil Católica – JEC, da Juventude Universitária Católica – JUC, que teve na paróquia do Estreito – bairro localizado na parte continental de Florianópolis/SC, forte atuação, além do apoio e envolvimento de religiosos que ali atuavam. Com o entendimento que o idoso arcebispo não poderia ficar sozinho na referida jurisdição arquidiocesana, dom Afonso foi nomeado arcebispo coadjutor na perspectiva da renovação da Igreja:

A Santa Fé fez-se sensível à realidade e, em 14 agosto de 1965, o Papa Paulo VI transferiu Dom Afonso Niehues para Florianópolis, como Arcebispo Coadjutor com direito à sucessão, com o título de Arcebispo Titular de Aptaça, e Administrador Apostólico “sede plena”. Em outras palavras: Dom Joaquim permanecia Arcebispo, mas todo o governo passava às mãos do Arcebispo Coadjutor. Não foi pequena a dor de Dom Joaquim, quando percebeu-se sem poder. Mas, em conversa com Dom Afonso, mais tarde, afirmou: “Perdemos o poder, mas, ao menos ficamos com as honras do cargo”. (BESEN, 1994:21. grifos no original).

Merece destaque a afirmação de Besen, de que tal nomeação foi aceita “com dor” por parte de dom Joaquim, vestígios históricos que sugerem a ideologia religiosa mantida nesta Igreja que estava sendo gerida por este bispo desde 1914, ainda vinculado ao projeto da romanização “tradicionalista” do início do século XX. Importante é destacar estas características, pois estão diretamente atreladas ao imaginário que afirmava a existência de “grande número de comunistas” nas organizações da juventude católica, algo muito presente na sociedade brasileira e que não era diferente em Florianópolis. Além do fato de que dom Joaquim mantinha-se arcebispo, mas quem detinha de ora em diante o poder de decisão era o arcebispo coadjutor.

Afonso Niehues nasceu em São Ludgero/SC, em 23 de agosto de 1914, filho de uma família de agricultores. Coursou Filosofia em Brusque/



SC e Teologia em Roma, onde foi ordenado sacerdote em 1938. Atuou como professor, vice-reitor e reitor no Seminário de Azambuja, Brusque/SC. Em 1959 foi eleito bispo coadjutor de Lages/SC e em 1965 nomeado arcebispo coadjutor com direito à sucessão do arcebispo de Florianópolis. (BESEN, 1983).

Nesse período histórico, a arquidiocese teve forte atuação de grupos militantes contrários à ditadura militar: da Ação Católica, Juventude Universitária Católica, JUC, e Juventude Operária Católica, JOC. Alguns destes grupos, organizados dentro de colégios católicos, com foi o caso da JEC dentro do Colégio Coração de Jesus, que teve a participação de sacerdotes e religiosas da Igreja de Florianópolis.

A Ação Católica Brasileira, ACB, foi organizada, oficialmente, a partir de 09 de junho de 1935, através do documento *Mandamentos dos Bispos do Brasil*, documento e estatutos que a regiam, inspirados na Ação Católica italiana. A partir da segunda Semana Nacional da ACB, que aconteceu em Belo Horizonte no ano de 1937, houve reuniões por setores especializados, com destaque para: JUC, JEC e JOC. Nesse encontro passou a ser Assistente Nacional dessa organização Dom Hélder Câmara, e o padre José Távora tornou-se responsável para transformar a ACB geral em Especializada. Em 1950, após a IV Semana Nacional da Ação Católica, a Comissão Episcopal estabeleceu o novo estatuto da Ação Católica, definindo a opção prioritária para uma ação especializada nos diferentes meios: Juventude Operária – JOC, Juventude Agrária – JAC, Juventude Universitária – JUC, Juventude Estudantil – JEC e Juventude Independente – JIC. (ARY, 2000; DUSSEL, 1989; SERBIN, 2008).

A Ação Católica foi capaz de impulsionar vários movimentos de juventude que envolviam jovens urbanos, organizados e mobilizados, de tal maneira que suas reivindicações foram capazes de ultrapassar os interesses juvenis, e alcançar as necessidades imediatas das famílias e comunidades de periferia de cidades brasileiras.

O grande atrativo da ACB estava em sua cultura eclesialística ímpar, que associava a crença religiosa à vida cotidiana e à idéia de comunidade. O padre belga Joseph Cardijn, que fundara a JOC com o fito de recristianizar o operariado europeu, exortou os padres a mergulhar na realidade dos operários para aumentar o alcance pastoral. Ele estabeleceu os princípios e técnicas da ACB: presença no meio, equipes, e o método ver-julgar-agir usado durante as reuniões para ajudar os militantes da ACB a fazer a revisão de vida sob a luz cristã. Outro elemento funda-



mental era a formação na ação. A revolucionária metodologia da ACB substituiu o método dedutivo escolástico e o autoritarismo eclesástico por um método indutivo que questionava o dogma e a hierarquia. Além disso, forjou um maior senso de fraternidade. (SERBIN, 2008:160).

Esses elementos presentes na JOC tiveram expressiva notabilidade ao ajudar a definir a atuação da JUC, que abarcava os jovens universitários. Estes mantinham contato com a teoria científica e a associavam à prática reivindicativa nos diversos setores da sociedade brasileira. Após o Golpe Civil-Militar² (1964), estes movimentos foram colocados na clandestinidade, não sem antes, a Igreja, através de sua base mais tradicional, ter extinguido a Ação Católica. Mesmo condenadas à clandestinidade, as organizações que dela nasceram mantiveram a atuação, o que lhes rendeu, após o Golpe, serem consideradas inimigas do regime por questionarem a legalidade e as formas de que o governo se utilizara para chegar e manter-se no poder instituído. São oriundos destes grupos especializados, em Santa Catarina, os militantes que receberam proteção de dom Afonso quando perseguidos pelo regime.

A Ação Católica funcionou em todo o Estado. Era uma organização perfeita. Nós tínhamos as chamadas lideranças da Equipe Central, que fazia reunião aqui e no Rio. Funcionava também à base de carta, telefone e à base de viagem. Tínhamos as equipes de Florianópolis, chamadas Equipe Arquidiocesana de JEC e Equipe Diocesana de JUC. (OLIVEIRA, 2004 apud FURTADO, 2005:74).

Ao que sugere o testemunho coletado por Furtado, a organização de dois destes grupos especializados da AC, em Florianópolis, tinha

² Adotamos aqui a terminologia atualmente defendida por alguns historiadores, como Carlos Fico, que afirma: “esses militares foram os sujeitos históricos que implementaram um regime político capaz de atender às necessidades de conhecida combinação de capitais, nacionais e internacionais, associados através de extratos específicos das respectivas burguesias. Também buscamos esclarecer as bases sociais do regime militar. Análises historiográficas e jornalísticas contemporâneas têm caracterizado o golpe de 64 como “cívico-militar”, assim destacando, ao que parece, tanto o apoio inicial de expressivos setores de classe média urbana quanto a participação efetiva de lideranças civis que ajudaram na eclosão do movimento. É correta a lembrança. Quanto mais não fosse, até mesmo para sempre recordarmos certo ranço autoritário que impregna nossa sociedade e, diga-se também, para não deixar apenas aos militares a “conta a ser paga”, já que muitas daquelas lideranças civis assumem, hoje, modos de democratas.” (In: FICO, 2001:20).



uma estrutura articulada no Estado e também na arquidiocese, o que nos sugere a dimensão que tal movimento tinha em Santa Catarina. Analisando o relato apresentado, percebemos resquícios históricos de um envolvimento da Arquidiocese como instituição aglutinadora e articuladora desta organização, pois a nomenclatura citada do grupo que teve atuação em Florianópolis é apontada como “equipe arquidiocesana da JEC”, levando-nos a questionar se havia, portanto, envolvimento direto da estrutura religiosa da arquidiocese na sustentação e, posteriormente quando estes grupos são condenados à clandestinidade, na proteção a estes jovens militantes.

Narrativas construídas *versus* memórias de proteção

Os escritos oficiais da Igreja de Florianópolis reafirmam a ideia de que dom Afonso tenha sido um arcebispo de atuação comedida:

A serenidade e a sabedoria de Dom Afonso foram sempre muito apreciadas pelos Bispos de Santa Catarina. Uma presença silenciosa, estimulante e respeitosa. Sabia escutar e falar; mais escutar do que falar. Ninguém pode imaginar Dom Afonso participando de uma discussão acalorada, debatendo, intervindo. Não era de seu estilo pessoal o gosto pela controvérsia. Difícil, senão impossível, imaginá-lo discutindo ou falando em voz alta. Sua palavra vinha apenas quando os ânimos serenavam, ponderando, discernindo, apoiando. (BESEN, 1994:31).

Destacando, ainda, que tinha como meta contribuir para a atualização da Igreja local à luz das discussões do Concílio Vaticano II, mas com moderação e responsabilidade. (BESEN, 1983; BESEN, 1994; VICENTE, 1990).

Contudo, há memórias de ex militantes, que evidenciam um sacerdote com ações bem diferenciadas das apontadas pela narrativa registrada pela historiografia da Igreja local. Derlei de Luca é um desses exemplos que analisamos aqui. Trata-se de uma leiga militante da Ação Popular³

³ A Ação Popular foi fundada como organização democrática reformista, “composta fundamentalmente por estudantes e outros intelectuais, mas já contando em suas fileiras com operários e camponeses” (LIMA; ARANTES, 1984:40). Na luta por uma organização política, a Ação Popular envolveu outras camadas sociais. Participou de várias manifestações como greves operárias, invasões de terras, luta dos favelados e também de vários programas como o Movimento de Educação e Base – MEB. Este havia sido fundado em 1949, organizado que fora por dom Eugênio Sales, bispo de Natal-RN, em uma experiência limitada e direcionada de educação pela rádio –



que atuou de forma intensa durante a Ditadura Militar, em Santa Catarina. Foi perseguida pelo regime militar, que em algumas ocasiões a prendeu e torturou. Após sua primeira prisão, passa a ser duramente perseguida, e dessa forma sua vida estava ameaçada. (FURTADO, 2005).

É também durante este período turbulento que ela dá a luz ao filho João Paulo, em 11 de janeiro de 1972, na cidade de Londrina/PR, onde estava escondida. Em 18 de abril desse mesmo ano, ela se separa do filho, entregue a militantes e colaboradores da Ação Popular com a recomendação de que chegasse a Florianópolis/SC, onde seria entregue à sua irmã Dolores de Luca. Assim, além de sua vida, a vida da criança passa a merecer atenção maior da rede de proteção a perseguidos que havia se formado em Florianópolis. Além da religiosa Flávia Bruxel, diretora do Colégio Coração de Jesus, da Congregação das Irmãs da Divina Providência, também dom Afonso protegeu a vida de ambos, conforme relata padre Edgar:

Nessa mesma época, fazia parte da JUC a Derlei de Luca, torturada em São Paulo. Foi asilada na casa de Dom Afonso. Ele, de Florianópolis, mandou-a em asilo num carro da Arquidiocese para Antônio Carlos⁴ e o padre Alfredo Junkes – era conterrâneo de Dom Paulo Evaristo Arns – de lá a São Paulo. Veio um carro de São Paulo buscar a Derlei de Luca. Lá ela ficou exilada com Dom Evaristo até que conseguisse ir para o Chile. (OLIVEIRA, 2004:8).

A narrativa de memória, de um dos colaboradores da AP, aponta dom Afonso como alguém que teve um papel relevante na proteção de uma das militantes perseguidas pelo regime militar. Essa narrativa também consta em uma publicação vinculada pelo jornal de circulação estadual de Santa Catarina – Diário Catarinense, no ano de 2005, que divulgou uma matéria onde reconstruía a rota que o filho de Derlei seguiu até ser entregue à mãe em Santiago de Cuba, em 18 de novembro de 1979.

Serviço de Assistência Rural – SAR. Em 1961, com um projeto visando atender o campesinato de todo o Nordeste brasileiro, a Igreja Católica, na pessoa de dom José Távora e em parceria com o governo brasileiro, inicia uma rede de escolas-rádio, intitulada Movimento de Educação de Base – MEB, que desde o início contou com a forte presença e atuação de militantes oriundos da Ação Católica (Conf. ALVES, 1979; MAINWARING, 2004; SERBIN, 2001).

⁴ Município distante de Florianópolis aproximadamente 36 km.



Por sua vez, padre Evaristo Debiasi, que durante esses anos do regime militar foi reitor do Seminário das Dioceses Catarinenses – Paulinum, em Curitiba-PR, destaca que:

Em Santa Catarina, os religiosos também foram preciosos. Então arcebispo de Florianópolis, dom Afonso Niehues teve papel ativo na proteção de Derlei de Luca e de seu filho, no período em que os dois estiveram escondidos na Capital. Foi ele quem garantiu que nada aconteceria a João Paulo durante o período em que o menino ficou com a avó, Maria Rizzieri de Luca, em Içara⁵. (ESPÍNDOLA; MULLER, 2005:7).

Esses relatos reforçam que dom Afonso esteve muito presente na proteção de pessoas ameaçadas pelo regime. A memória em torno do que se passa com Derlei de Luca, aponta para vestígios de um religioso que se valeu do seu cargo, ocupado na alta hierarquia da Igreja, para defender a vida das pessoas que a ele buscaram, que a ele solicitaram auxílio, quando poucas pessoas ou instituições poderiam oferecer abrigo em relação ao regime civil-militar.

Quando de uma entrevista com Derlei de Luca, que teve como intenção compreender a dinâmica da Ação Popular em Santa Catarina, durante seu relato ela fala da ajuda recebida de dom Afonso:

Marivone: *Porque se fala tão pouco na Ação Popular em Santa Catarina e principalmente em Florianópolis?*

Derlei: *Veja bem, Florianópolis não caiu... quem dava muita ajuda para nós era o Dom Afonso, e o Dom Vito Schlickmann⁶.*

Marivone: *Mas dom Afonso não era conservador?*

Neste relato, a militante da AP aponta vários elementos que merecem atenção. O primeiro deles talvez seja o indício da existência de uma rede de proteção a perseguidos pelo regime militar, criada dentro da estrutura da Igreja arquidiocesana. Na sede da Arquidiocese temos a presença de dom Afonso, representante máximo da hierarquia da Igreja catarinense, sendo apoio e articulando deslocamentos e abrigo a

⁵ Município que se localiza ao sul do Estado, distante de Florianópolis, aproximadamente, 188 km, onde residia a família de Derlei de Luca.

⁶ Durante o período a que Derlei está se referindo, padre Vito não era ainda bispo, ele atuava como reitor no Seminário Menor Metropolitano de Azambuja, Brusque/SC, onde atuou de 1970 a 1983. Como a entrevista aconteceu em 2005, este já era bispo, por isso ela se refere a ele como dom Vito, pois o mesmo foi sagrado bispo no ano de 1995.



quem o procurasse. No Seminário Menor em Brusque/SC, padre Vito, que abrigava e também se valia do status de religioso para não levantar suspeitas do regime. E, completando a rede, o Seminário das dioceses catarinense em Curitiba/PR, que com a presença de padre Evaristo como reitor, também abrigou perseguidos:

Evaristo Debiasi, é uma prova viva de que um esquema de proteção à vida funcionou. Pelo menos 25 pessoas ficaram sob seus cuidados e dos seus seminaristas. (...), ciente dos riscos que ele e seus seminaristas corriam. O seminário foi revistado algumas vezes pela polícia (...). Ele rememora que: – Só depois fui saber que estava tão vigiado, ao ver que tive uma detalhada ficha no DOPS (ESPÍNDOLA; MULLER, 2005:7).

Ao indicar que pelo menos 25 pessoas foram abrigadas no Seminário em Curitiba/PR, temos vestígios, pelo exposto acima, de que havia uma forte e bem articulada rede de proteção que a Igreja de Santa Catarina manteve com estruturas diretamente vinculadas à arquidiocese, ou seja, ligadas diretamente a dom Afonso.

O segundo elemento que aparece na entrevista da militante Derlei, refere-se à articulação de dom Afonso na sociedade de Florianópolis, vale frisar, a capital do Estado catarinense. Afinal, as informações do Estado eram facilitadas e passavam por esse círculo social que dom Afonso frequentava. Espaço que lhe fornecia os dados, que eram repassados à AP. Das informações que vinham via dom Afonso, “as necessárias”, como destaca Derlei, nos apontam indícios de que ele também filtrava muitas das informações que recebia. Contudo, podemos destacar que as que estavam sendo repassadas estivessem mais voltadas à proteção de vidas, de pessoas perseguidas pelo regime.

A entrevistadora questiona se este arcebispo era “conservador” e a entrevistada responde afirmativamente. Mas ressaltamos que ela descreve uma prática deste sacerdote à frente da Arquidiocese, contrária à definição de “conservador” que confirmara ao ser perguntada, principalmente quando o aponta como alguém que repassava “todas as informações necessárias”.

O padre Evaristo era o “porto seguro” onde a gente batia na hora do desespero. Ele arrumava desde o lugar para dormir, até o ombro para chorar. Era aquele que sabia tudo que a gente sabia; dava guarida. Tanto o padre Edgar, quanto a irmã Flávia, padre Sérgio Maykot, padre Vertulino, foram fantásticos. (LUCA, 2005:2).



A militante, no primeiro trecho do relato, aponta que, se em Florianópolis a AP não foi desarticulada, “não caiu”, tenha sido, também, pela contribuição recebida de dom Afonso e de padre Vito. Remetendos à rede de proteção articulada, e agora no relato acima, ela aponta nomes de outros sacerdotes e religiosas, que foram “porto seguro”, como ela mesma destaca. Considerando o exposto, se não temos resquícios históricos que afirmem de forma contundente que tal rede de proteção à vida tenha sido articulada pelas mãos de dom Afonso, porém a partir dos testemunhos, pode-se destacar que tal rede era de seu conhecimento e tinha sua aprovação.

Padre Edgard atuava no ano de 1968, com os pescadores do estado, no Serviço de Extensão Pesqueira em Santa Catarina – SEPESC, que tinha como principal objetivo manter os pescadores em seus locais tradicionalmente ocupados (FURTADO, 2005). Pois, com o processo de urbanização, havia um grande afastamento destes com promessas de que teriam vida melhor em outros locais. Mas, ao afastá-los de suas antigas moradias, eles eram também afastados do espaço de trabalho, daquilo que era seu tradicional meio seu sustento.

Este trabalho de conscientização e incentivo aos pescadores, para manterem a pesca artesanal e buscarem seus direitos de trabalhadores, não foi muito bem aceito pelas forças policiais no Estado. Padre Edgard relembra que “isso ‘cheirava mal’ para o Coronel V. Lima, que era da extrema direita e me perseguiu” (OLIVEIRA, 2004 apud FURTADO, 2005). A percepção de que tal trabalho tinha conotação e articulação “comunista” causou problemas, que ele aponta em outro trecho da entrevista:

Eu estava fazendo a aula, a palestra no Centro de Treinamento na Trindade, quando bateram na porta. Eu abri e me disseram: “Padre Edgar, entrou areia! Pode me acompanhar?” Fomos até o Edifício Francisco da Linha, e lá tinha uma denúncia contra o nosso serviço como de esquerda, comunista. Acusado de receber dinheiro, o senhor está sendo acusado de comunista. Eu respondi: Vocês pediram a Dom Afonso para me liberar para trabalhar com vocês. Vamos até Dom Afonso. Fomos até o arcebispo. Ele ficou vermelho e falou: “Eu já pedi para esse general me fazer um documento por escrito, dizendo o que ele tem contra o Edgar!”. Aí Dom Afonso me mandou para fora do Brasil, mas não tinha vaga no Instituto do Chile. Fui fazer um curso no Instituto IBRA, filial no Brasil (OLIVEIRA, 2004:8).



Ao rememorar o trabalho desenvolvido junto aos pescadores, este sacerdote destaca que seu trabalho causou “incômodo”, e que foi levado para prestar esclarecimentos junto ao sistema de segurança. Ao lembrar que tinha a aprovação de dom Afonso, conseguiu não sofrer diretamente a prisão. No seu relato encontram-se vestígios de que o arcebispo estava ciente da perseguição que se tramava contra a atuação com os pescadores desenvolvida por padre Edgar, ao afirmar Dom Afonso que já havia solicitado, às autoridades policiais, esclarecimentos por escrito do que implicava o trabalho deste padre.

Ainda neste relato novamente se evidencia que dom Afonso atuou em defesa da vida. Este sacerdote, Pe. Edgard, estava sofrendo perseguições por seu trabalho junto aos pescadores e sua vida estava ameaçada. Além do mais, havia indícios que o ligavam a militâncias contrárias ao regime militar. Derlei destaca que “assim como o [padre] Edgar, a [irmã] Flávia, eles nunca assumiram a militância em si, mas continuaram ajudando. Eles eram conexões.” (LUCA, 2005:2). Esta ligação com os militantes aponta novos indícios que podem ter contribuído para a perseguição que o Sistema de Segurança Nacional empreendia contra ele. Essa perseguição estava possivelmente vinculada também à sua atuação, antecedente ao trabalho com os pescadores, que ele próprio relembra: “Em 1961 assumi a JEC que funcionava no Colégio Coração de Jesus, com alguns integrantes no Instituto Estadual de Educação. Um colégio da Igreja e um colégio do Estado” (OLIVEIRA, 2004:3).

Padre Edgar relembra que “dom Afonso dizia: eles têm medo do senhor, padre Edgar, porque o senhor eles não sabem onde pegar”. (OLIVEIRA, 2004:12). Corroborando com o que apontava Derlei, que este padre não havia assumido a militância na AP, mas sua ação estava vinculada diretamente à militância pela rede de proteção que compunha, não é de estranhar que o Departamento de Ordem Política e Social – DOPS tivesse conhecimento disso. É o que pode justificar a insistente perseguição ao seu trabalho com os pescadores para enquadrá-lo como comunista e prendê-lo para esclarecimentos que, sabemos bem como eram feitos tais interrogatórios, nos chamados “porões do regime”.

Algumas palavras mais

Os perseguidos pelo regime militar em Santa Catarina apontam o arcebispo dom Afonso Niehues como fundamental na defesa de muitas vidas ameaçadas pelo Sistema de Segurança Nacional durante do regime



civil-militar. Destacam-no como alguém que agiu diretamente na rede de proteção, como foi o caso de Derlei de Luca, deslocada da capital no carro oficial da mitra arquiocesana.

Também é importante ressaltar que este mesmo arcebispo compunha uma rede de comunicação direta com os integrantes da Ação Popular em Santa Catarina, ao mesmo tempo que cultivava uma boa relação com a sociedade tradicional da capital catarinense, onde residia e atuava. De forma articulada, era visto pela sociedade como um bispo comedido e sereno, o que contribuía para não levantar suspeitas de proximidade ou mesmo proteção a militantes contrários aos desmandos do regime político vigente no país. Não que, a partir disso, possamos afirmar que ele era militante contrário ao regime, mas temos com certeza indícios evidentes de que houve intervenção de sua parte onde vidas estavam ameaçadas, em casos de perseguidos políticos leigos ou consagrados à vida religiosa.

O autor Alceu Kaspari (2002) afirma que, em Santa Catarina, o governo militar teve forte apoio da Igreja católica de linha conservadora. Segundo ele, a instituição ajudou a construir e elaborar o Golpe Militar, isto porque as autoridades eclesiais, no Estado catarinense, foram as principais responsáveis pela formação do imaginário da ameaça comunista. Dom Joaquim Domingues foi um destes bispos que haviam apoiado golpe militar no ano 1964. Os militantes que dom Afonso protegeu faziam parte deste grupo considerado “comunista”.

Destaca-se com isso que dom Afonso comandou uma Igreja fortemente elitista, formada, em Florianópolis, pela classe média alta, muitas vezes herdeira e propagadora do imaginário da ameaça comunista. Possivelmente, muitas das ações pastorais que trouxeram para dentro da Arquidiocese os ares novos de Concílio Vaticano II e da Conferência Latinoamericana de Medellín teriam sido ineficientes, não fosse a forma conciliadora com que comandou essa jurisdição religiosa, e ao mesmo tempo, articuladora, agindo de forma estratégica capaz de manter sob o mesmo cajado episcopal “conservadores” e “progressistas”, inclusive, agindo de forma mediadora.

Ainda nesta perspectiva, Besen registra a memória oficial da Igreja de Florianópolis que o descreve como: “Todos percebem nele a mente aberta para o diálogo, o respeito às opiniões e iniciativas alheias. Conduzido pelo espírito democrático, respeita a autonomia pastoral, as novas frentes de trabalho, desde que assumidas com bom senso” (BESEN, 1983:69).



É nesta mesma tendência que a atuação deste sacerdote é descrita quando à frente da Arquidiocese. Apoiando ações de renovação pastoral, mas muito mais focada em estruturações⁷, sem dizer como as ações pastorais de fato ocorreram. Talvez não seja tão por acaso a afirmação do autor acima que destaca o “espírito democrático” que respeitava “a autonomia pastoral, as novas frentes de trabalho, desde que assumidas com bom senso”. Neste caso, porém, a pergunta que sobressai, é: que “bom senso” é este ao qual se refere Besen?

Quando se refere à continuidade do trabalho do arcebispo na arquidiocese, o mesmo autor afirma:

Possa o arcebispo continuar à frente de seu rebanho, dando-lhe sempre mais profundamente as respostas reclamadas pela angústia da vida moderna (...); possa ser nauta seguro quando a nau da História é ameaçada e sacudida continuamente pelos ventos do secularismo, das implicações, das impetuosidades ingênuas, das ideologias as mais contraditórias, e levá-las a porto seguro, para a glória do Cristo Senhor. (BESSEN, 1983:69).

O que seria a “ameaça das ideologias as mais contraditórias”, que dom Afonso deveria enfrentar, segundo o que o autor aponta no trecho acima? São resquícios históricos que merecem uma pesquisa mais elaborada e mais demorada nos arquivos da própria arquidiocese de Florianópolis. Algo que ainda é um desafio, porque tais arquivos não estão autorizados para pesquisa externa, sob a alegação de que precisam ser organizados para tal intuito.

Dom Afonso não é identificado com um ou vários movimentos de militância católica; pelo contrário, foi apontado como mediador e com a função de atualizar a Igreja arquidiocesana, o que, necessariamente, não

⁷ José Artulino Besen enumera as estruturações feitas por dom Afonso: “Estruturou a pastoral para a aplicação das diretrizes do Concílio Vaticano II, criando o Secretariado Arquidiocesano de Pastoral para o planejamento pastoral; estimulou a criação do Regional Sul-IV da CNBB; liderou a criação do Instituto Teológico de Santa Catarina-ITESC, em Florianópolis; abrigou o Seminário Filosófico Catarinense-SEFISC, no Seminário de Azambuja, para que fosse logo criado em âmbito catarinense; presidiu a criação das dioceses de Rio do Sul, Caçador e Joaçaba; multiplicou as paróquias, antecipando-se ao crescimento populacional, especialmente na região do Itajaí; modernizou as estruturas da Ação Social Arquidiocesana – ASA, com filiais nas paróquias; restaurou e catalogou toda a documentação histórica (livros e documentos) da Igreja catarinense”. In: [http://arquifln.org.br/detalhe_00500.php?](http://arquifln.org.br/detalhe_00500.php?;); <http://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/dom-afonso-niehues/>.



que dizer que fosse ele “progressista” ou “conservador”, pois, conforme destaca Paulo César Gomes Bezerra:

É bastante questionável classificar os bispos entre progressistas e conservadores. Se a ideia de um episcopado progressista surgiu com as novas perspectivas da Igreja com relação às questões sociais, que começaram a surgir ainda no século XIX, com a encíclica Rerum Novarum, e tiveram sua grande síntese no Concílio Vaticano II, não se pode esquecer que nem todos os bispos absorveram essas diretrizes da mesma maneira nas suas relações com os problemas da sociedade. Eles nunca tiveram um discurso unívoco sobre a defesa dos ideais democráticos e a proteção dos direitos dos mais pobres. No Brasil, a categoria “bispo progressista” ficou muito fortalecida no processo de redemocratização, quando, ao se construir a memória do período da ditadura, consolidou-se uma narrativa heroizante sobre a CNBB e outras entidades. (BEZERRA, 2010:159).

Com isso reforçamos que a atuação de dom Afonso, na proteção a perseguidos do regime militar, é silenciada nos escritos oficiais da Igreja arquidiocesana, o que não quer dizer que não houve tal atuação. Afinal, as memórias dos militantes e de sacerdotes que compunham esta rede de proteção apontam tal atuação do arcebispo. Contudo, tentar enquadrá-lo na categoria de “progressista” ou “conservador” seria prematuro, além de ser questionável, conforme destaca Bezerra, principalmente pela forma como este arcebispo compreendeu as diretrizes conciliares de renovação da Igreja e de atuação social. Talvez isso nos ajude a pensar porque os registros da história oficial da Igreja Arquidiocesana têm como foco a descrição das obras edificadas, e a organização dos conselhos pastorais na perspectiva da renovação, sem entrar nas discussões de temas como questões sociais e perseguições do regime civil-militar.

Mesmo com limitações de acesso a documentos que ampliem esta pesquisa, ainda assim, pode-se concluir que, tanto no caso da militante leiga quanto do colaborador religioso (sacerdote), afloram vestígios na atuação de dom Afonso como efetivo agente em favor da vida perseguida e ameaçada pelo regime civil-militar em Santa Catarina. Ao que nos sugerem, o arcebispo se valeu de sua posição na hierarquia na Igreja, para, se não montar uma rede de proteção, ao menos não se opor a tal rede que pelos indícios históricos destacados ao longo deste artigo, era sim de seu conhecimento, pois acontecia dentro das principais casas ligadas diretamente à sua jurisdição religiosa: o Seminário Menor, o Seminário das Dioceses catarinenses. Além do relato, de que o próprio arcebispo



autorizou o uso do carro da arquidiocese para retirar Derlei de Luca da cidade de Florianópolis, em segurança.

Temos presente que as memórias aqui analisadas carregam o que Michael Pollak (1989) afirma: “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989:7). Essas memórias nos remetem ao que de mais significativo cada indivíduo tem de sua trajetória militante, assim como, do olhar que tem sobre o apoio recebido de dom Afonso. Não queremos com isso dizer que tais fatos ocorreram minuciosamente da forma relatada, mas dizemos, sim, que são elementos relevantes que nos despertam para uma história da atuação deste sacerdote pouco comentada na história oficial da Igreja de Santa Catarina, ou até mesmo, silenciada.

Essas memórias nos reportam à demanda de registrar, lembrar traços de uma trajetória de clandestinidade e de militância social, quando o Brasil passava por uma dura repressão civil-militar. É também uma percepção da própria história contada por esses militantes e colaboradores da Ação Popular em Santa Catarina, onde esta memória, como afirma Henry Rousso (2002), teria:

como seu atributo mais imediato garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (ROUSSO, 2002:95).

Os detalhes que ficaram retidos, reelaborados, e que foram narrados, podem, conforme aponta Rousso (2002), ao serem rememorados, ser apontados como elementos de identidade, de percepção dessa história de juventude e militância, assim como, de percepção da história dos outros, de seus atos, e o impacto destes na vida das pessoas, por exemplo, que tiveram ajuda da rede de proteção a perseguidos pelo regime civil-militar que se consolidara na arquidiocese de Florianópolis/SC, também com a colaboração de dom Afonso Niehues.



Referências

ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ARY, Zaíra. *Masculino e Feminino no imaginário católico: Da Ação católica à Teologia da Libertação*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.

BESEN, José Artulino. *A Arquidiocese de Florianópolis: dados históricos e guia arquidiocesano*. Florianópolis: Diocese de Florianópolis, 1983.

_____. *2º Arcebispo – Dom Afonso Niehues (1967-1991)*. Disponível em: http://arquiifln.org.br/detalhe_00500.php?cod_select=572&cod_002=2. Acesso em 23/09/2012.

_____. *Dom Afonso Niehues: vida e palavra do pastor*. Florianópolis, 1994.

_____. *Dom Afonso Niehues: Pai da Igreja em Santa Catarina*. Disponível em: <<http://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/dom-afonso-niehues/>>. Acesso em 23/09/2012.

BEZERRA, Paulo César Gomes. *A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)*. Dissertação, 2010 (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro.

DUSSEL, Enrique. *História da Igreja Latino-Americana: 1930 a 1985*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1989.

ESPÍNDOLA, Marcos; MULLER, René. Os Anos de Chumbo. *Jornal Diário Catarinense*. Florianópolis. Edição de 27 de março 2005.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, Marivone Rosal. *Já não sonho, hoje faço, com meu braço o meu viver: Testemunhos da Ação Católica e Ação Popular em Florianópolis*. Trabalho de Conclusão de Curso, 2005 (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

GOOGLE MAPS. Disponível em <<http://maps.google.com.br/maps>>. Acesso em 24/09/2012.

KASPARY, Alceu. *O discurso Católico em Santa Catarina no Período de 1960/1964 e sua Relação com a Legitimação do Golpe de Estado*. Dissertação, 2002 (Mestrado em História.) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.



LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular da JUC ao PC do B*. São Paulo: Editora AlfaÔmega, 1984.

LUCA, Derlei de. *Depoimento* concedido a Marivone Rosal Furtado em maio de 2005, Criciúma/SC. Acervo Clarice Bianchezzi.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução Heloísa Braz de Oliveira Prieto. 1ª reimpressão da 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, José Edgard (padre). *Depoimento* concedido a Marivone Rosal Furtado em outubro de 2004, São João Batista/SC. Acervo Clarice Bianchezzi.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína. *Uso & Abusos da História Oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, torturas e justiça social na ditadura*. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VICENTE, Vilmar Adelino. *Dom Afonso Niehues: pastor da vinha do Senhor*. Florianópolis: IOESC, 1990.

Endereço da Autora:

a/c ITESC, Cx. Postal 5041
88040-970 Florianópolis, SC